



DE 3 A 7 OUTUBRO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 308/XIII](#)

Procede à sexta alteração à lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais, aprovada pela lei orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto

Autoria: BE

[Projeto de Lei 309/XIII](#)

Alarga o regime de transmissão por morte do arrendamento para habitação e garante a transmissão por morte no realojamento para habitação por obras ou demolição

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 310/XIII](#)

Prorroga por 10 anos o prazo de aplicação do Novo Regime de Arrendamento Urbano para os arrendatários com Rendimento Anual Bruto Corrigido (RABC) inferior a cinco Retribuições Mínimas Nacionais Anuais (RMNA), para os arrendatários com idade igual ou superior a 65 anos ou com deficiência igual ou superior a 60% e para o Arrendamento não habitacional

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 311/XIII](#)

Extingue o Balcão Nacional do Arrendamento e repõe o procedimento especial de despejo por via judicial

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 312/XIII](#)

Garante o realojamento em caso de obras em prédios arrendados (4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto -

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

Regime Jurídico das obras em prédios arrendados, 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto - regime Jurídico das obras em prédios arrendados e 70.ª alteração ao Código Civil)

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 313/XIII](#)

Reforça a proteção dos arrendatários em caso de cessação de contrato de arrendamento (Terceira alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 fevereiro, alterada pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto e pela Lei n.º 79/2014, de 19 de dezembro -Novo Regime de Arrendamento Urbano)

Autoria: PCP

[Projeto de Lei 314/XIII](#)

Procede à sexta alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, introduzindo medidas de justiça fiscal, igualdade de tratamento e de transparência no financiamento dos partidos políticos e campanhas eleitorais

Autoria: BE

[Projeto de Lei 315/XIII](#)

Converte em definitivas e permanentes as reduções nas subvenções públicas para o Financiamento dos Partidos Políticos e para as campanhas eleitorais, e nos limites máximos das despesas de campanha eleitoral

Autoria: PSD

[Projeto de Lei 316/XIII](#)

Aprova o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II (CFEI II)

Autoria: CDS-PP

[Projeto de Resolução 493/XIII](#)

Melhore o acesso dos cidadãos aos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento e resíduos

Autoria: PCP

 **DADOS PESSOAIS**

[Dados pessoais dos consulados com acesso limitado](#)

A CNPD já deliberou sobre o acesso por terceiros a dados pessoais dos portugueses residentes no estrangeiro com inscrição consular.

Na [Deliberação 1599/2016](#), a CNPD considera que a informação pessoal recolhida pelos consulados para fins específicos, no exercício de funções, públicas não pode estar livremente disponível a terceiros.

EDUCAÇÃO

[Declaração de Retificação n.º 18/2016 - Diário da República n.º 190/2016, Série I de 2016-10-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica o [Decreto Regulamentar n.º 3/2016](#), de 23 de agosto do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social que estabelece o regime do subsídio por frequência de estabelecimentos de educação especial, revogando os Decretos Regulamentares n.ºs [14/81](#), de 7 de abril, e [19/98](#), de 14 de agosto, publicado no Diário da República, n.º 161, 1.ª série, de 23 de agosto de 2016

FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2015-2016](#)

[Boletim Económico - outubro 2016](#)

[Comunicado do Banco de Portugal sobre o Boletim Económico de outubro de 2016](#)

[Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste 2015-2016](#)

[Nota de Informação Estatística: Dívida pública - agosto de 2016](#)

FISCAL

[Portaria n.º 259/2016 - Diário da República n.º 191/2016, Série I de 2016-10-04](#)

Finanças

Portaria que regulamenta os procedimentos do REAID - regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos

[Aviso n.º 103/2016 - Diário da República n.º 191/2016, Série I de 2016-10-04](#)

Negócios Estrangeiros

Torna público que foram emitidas notas, em que se comunica terem sido cumpridas as formalidades constitucionais internas de aprovação da Convenção entre a República Portuguesa e o Reino da Arábia Saudita para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa a 8 de abril de 2015

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Presidente da República promulga diploma do Governo sobre a troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade](#)

O Presidente da República promulgou o diploma que, no uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 188.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e no estrito cumprimento de compromissos internacionais com carácter vinculativo assumidos pelo Estado Português, regula a troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade e prevê regras de comunicação e de diligência pelas instituições financeiras relativamente a contas financeiras, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/107/UE, do Conselho, de 9 de dezembro de 2014 (Diretiva DAC2), e aprovando a Regulamentação Complementar de Implementação do FATCA prevista no artigo 16.º do Regime de Comunicação de Informações Financeiras, aprovado pelo artigo 239.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro

 **PENAL**

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 12/2016 - Diário da República n.º 191/2016, Série I de 2016-10-04](#)

Supremo Tribunal de Justiça

Fixar jurisprudência no sentido de que «Após a publicação da sentença proferida em 1.ª Instância, que absolveu o arguido da prática de um crime semipúblico, o ofendido não pode constituir-se assistente, para efeitos de interpor recurso dessa decisão, tendo em vista o disposto no artigo 68.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, na redação vigente antes da entrada em vigor da [Lei n.º 130/2015](#), de 04.09»

[Acórdão n.º 412/2015 - Diário da República n.º 192/2016, Série II de 2016-10-06](#)

Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional a norma do artigo 400.º, n.º 1, alínea e), do Código de Processo Penal, resultante da revisão introduzida no Código de Processo Penal pela Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro, que estabelece a irrecorribilidade do acórdão da Relação que, inovatoriamente face à absolvição ocorrida em 1.ª instância, condena os arguidos em pena de prisão efetiva não superior a cinco anos

[Acórdão n.º 429/2016 - Diário da República n.º 192/2016, Série II de 2016-10-06](#)

Tribunal Constitucional

Julga inconstitucional a norma que estabelece a irrecorribilidade do acórdão da Relação que, inovatoriamente face à absolvição ocorrida em 1.ª instância, condena os arguidos em pena de prisão efetiva não superior a cinco anos, constante do artigo 400.º, n.º 1, alínea e), do Código de Processo Penal, na redação da Lei n.º 20/2013, de 21 de fevereiro, por violação do direito ao recurso enquanto garantia de defesa em processo criminal

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 13/2016 - Diário da República n.º 193/2016, Série I de 2016-10-07](#)

Supremo Tribunal de Justiça

A condenação em pena de prisão suspensa na sua execução integra o conceito de pena não privativa da liberdade referido no n.º 1 do artigo 17.º da [Lei n.º 57/98](#), de 18 de Agosto, com a redação dada pela [Lei n.º 114/2009](#), de 22 de Setembro

 **PREVIDENCIAL**

[Portaria n.º 261/2016 - Diário da República n.º 193/2016, Série I de 2016-10-07](#)

Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Determina os valores dos coeficientes a utilizar na atualização das remunerações de referência que servem de base de cálculo das pensões de invalidez e velhice do sistema previdencial e das pensões de aposentação, reforma e invalidez do regime de proteção social convergente

 **PROTEÇÃO DOS ANIMAIS**

[Portaria n.º 260/2016 - Diário da República n.º 192/2016, Série I de 2016-10-06](#)

Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Fixa a composição e o funcionamento da Comissão Nacional para a Proteção dos Animais Utilizados para Fins Científicos

 **SAÚDE / LIFE SCIENCES**

[Portaria n.º 262/2016 - Diário da República n.º 193/2016, Série I de 2016-10-07](#)

Finanças e Saúde

Regulamenta a remuneração específica atribuída às farmácias, por dispensa de medicamentos comparticipados, em função da redução dos preços de referência

 **RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

[Decreto Legislativo Regional n.º 19/2016/A - Diário da República n.º 192/2016, Série I de 2016-10-06](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Primeira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A](#), de 16 de novembro, que estabelece o regime geral de prevenção e gestão de resíduos

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Financeiro

Retificação da Diretiva 2014/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa aos [mercados de instrumentos financeiros e que altera a Diretiva 2002/92/CE e a Diretiva 2011/61/UE](#)

Mercado único Digital

Decisão de Execução (UE) 2016/1765 da Comissão, de 3 de outubro de 2016, relativa à identificação das [Especificações Técnicas das TIC para referência nos contratos públicos](#)

Programas de Desenvolvimento Rural

Regulamento de Execução (UE) 2016/1786 da Comissão, de 7 de outubro de 2016, que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 908/2014 no que diz respeito às [declarações de despesas relativas aos programas de desenvolvimento rural](#)

BANCO CENTRAL EUROPEU

[Situação financeira consolidada do Eurosistema em 30 de setembro de 2016](#)

COMISSÃO EUROPEIA

[Um novo quadro Europass: ajudar as pessoas a dar visibilidade às suas qualificações e competências](#)

A Comissão adotou uma proposta de revisão da Decisão Europass. O Europass é um conjunto de instrumentos e serviços que favorecem a transparência das competências e das qualificações em toda a União Europeia.

[Relatório da Comissão destaca progressos da Garantia para a Juventude e da Iniciativa para o Emprego dos Jovens](#)

A Comissão Europeia adotou uma comunicação que destaca os principais resultados da Garantia para a Juventude e da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) desde o seu lançamento, em 2013.

[Acordo de Paris prestes a entrar em vigor, perante consenso da UE quanto à sua ratificação](#)

O Parlamento Europeu aprovou a ratificação do Acordo de Paris pela União Europeia.

[Garantir a segurança das fronteiras externas da Europa: lançar a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira](#)

Atualmente, a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira está a ser lançada oficialmente, decorrido menos de um ano desde que tal foi primeiramente proposto pela Comissão.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[A política de coesão em funcionamento: principais resultados dos investimentos da UE em 2007-2013](#)

A Comissão Europeia publicou os resultados de uma avaliação independente dos investimentos da UE feitos no período de 2007-2013, com relatórios específicos para cada Estado-Membro.

Consulta pública

Concorrência

[Avaliação dos aspetos processuais e jurisdicionais do controlo das concentrações na UE](#)

07.10.2016 – 13.01.2017

Transportes

[Consulta pública sobre a adequação da legislação europeia destinada a assegurar a eficiência e segurança dos transportes marítimos](#)

07.10.2016 – 08.01.2017

 **CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA**

Ambiente

[Alterações climáticas: Conselho adota decisão sobre ratificação do Acordo de Paris pela UE](#)

Na sequência da aprovação pelo Parlamento Europeu, o Conselho adotou a decisão sobre a ratificação do Acordo de Paris pela UE.

 **PARLAMENTO EUROPEU**

[Schaake: A UE não pode fornecer ou apoiar bens e serviços utilizados na tortura de indivíduos](#)

A tortura e a pena de morte continuam a ser uma realidade em muitos países no mundo e a UE deve fazer a sua parte para evitar fornecer serviços ou bens que o tornem possível, defende Marietje Schaake. A eurodeputada neerlandesa do grupo ALDE é a autora do relatório do Parlamento Europeu sobre a revisão do atual regulamento sobre o comércio de mercadorias suscetíveis de serem utilizadas para aplicar a pena de morte ou infligir tortura.

[Os défices orçamentais ainda são um motivo para preocupação](#)

Desde o início da crise económica que o debate político se tem focado na necessidade de colocar sob controlo os défices orçamentais. Os eurodeputados debateram em comissão parlamentar os défices de Portugal e Espanha e em plenário a situação na Grécia. Explore a infografia para perceber a evolução dos défices nos países europeus nos últimos 17 anos.

[Suspensão de fundos a Portugal e Espanha seria contraproducente, dizem eurodeputados](#)

A suspensão dos fundos estruturais a Portugal e Espanha seria contraproducente, incoerente, injusta e afetaria os cidadãos e as regiões mais vulneráveis, disse a maioria dos eurodeputados na audição com a Comissão Europeia sobre uma possível suspensão dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento aos dois países ibéricos no quadro do procedimento relativo aos défices excessivos.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Clima: Parlamento Europeu aprova Acordo de Paris e viabiliza a sua entrada em vigor](#)

O Parlamento Europeu deu um passo decisivo para a entrada em vigor do Acordo de Paris ao aprovar a ratificação pela União Europeia deste acordo mundial e vinculativo de luta contra as alterações climáticas por 610 votos a favor, 38 contra e 31 abstenções.

[Parlamento Europeu aprova novas regras contra a tortura e a pena de morte](#)

Os eurodeputados aprovaram novas regras sobre os controlos das exportações e a proibição de publicidade e promoção de mercadorias suscetíveis de serem utilizadas para aplicar a pena de morte ou infligir tortura ou outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. O objetivo é evitar que as exportações da UE contribuam para violações dos direitos humanos em países terceiros.

[Eurodeputados querem que código de conduta dos comissários seja reforçado](#)

Os eurodeputados pediram à Comissão Europeia que tome medidas para evitar conflitos de interesses de antigos e atuais comissários e para reforçar o respetivo código de conduta. Vários parlamentares realçaram que os casos que têm sido revelados abalaram ainda mais a confiança dos cidadãos nas instituições e nas elites políticas.

[Eurodeputados querem bilhetes de InterRail gratuitos para jovens europeus](#)

Os eurodeputados debateram em plenário uma ideia para oferecer um bilhete de InterRail gratuito aos jovens europeus no seu 18º aniversário. O objetivo? Promover a interação entre jovens europeus através de um meio de transporte com baixas emissões de gases com efeitos de estufa. Milhões de jovens europeus já utilizaram este passe para viajar pelo continente nas últimas décadas, mas o bilhete pode custar algumas centenas de euros.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 6 OUTUBRO DE 2016

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Diploma sobre o regime de acesso e troca automática de informações financeiras no domínio da fiscalidade. Face à devolução, sem promulgação, de um decreto anteriormente aprovado pelo Conselho de Ministros que disciplinava o regime de comunicação e acesso automático a informações financeiras relativas a residentes, o Governo retoma desde já a iniciativa legislativa na parte relativa a compromissos internacionais com carácter vinculativo assumidos pelo Estado português;

- Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES) para quem tenha dívidas fiscais ou à Segurança Social que não tenham sido pagas nos seus prazos normais (até 31 de maio de 2016 para as dívidas fiscais e até 31 de dezembro de 2015 para as dívidas à Segurança Social).

(...)

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2016, 2015, 2011-20106
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards 2015-2012

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2015 - 2011